

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. *População e Família*. São Paulo, no.3, p. 71-91, 2000, USP-FFLCH.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

Francisco Vidal Luna
FEA-USP
Herbert S. Klein
Columbia University

Resumo: Com base em fontes manuscritas, estudou-se a estrutura da população existente em São Paulo no início do século XIX. A miscigenação constituía uma característica essencial daquela sociedade, integrando as várias etnias ali existentes. Os brancos representavam aproximadamente a metade da população; os demais eram os cativos e um grande contingente de livres africanos ou seus descendentes. Quanto aos escravos, ocorria um aumento na participação dos africanos, destruindo o relativo equilíbrio demográfico existente no último quartel do século XVIII. A região do atual estado do Paraná, então pertencente a capitania de São Paulo, ainda possuía poucos africanos preservando uma estrutura demográfica equilibrada.

Abstract: Based on unpublished censuses this essay analyzes the structure of the population of São Paulo at the beginning of the 19th century. The province, analyzed by regions, is seen to be a multi-racial society with high levels of miscegenation. Whites represented approximately half of the population, the other half was made up of slaves and free persons of color. In this period there was a major increase in African born among the slaves which destroyed the relative demographic equilibrium that existed in the last quarter of the 18th century. In contrast, the southern part of the province, which would later form the province of Paraná, had fewer Africans and demographic equilibrium.

Unitermos: escravismo, população, São Paulo, Paraná, miscigenação

Key words: slavery, population, São Paulo, Paraná, miscegenation

Nos dois primeiros séculos da colonização, os paulistas desempenharam um papel secundário no contexto colonial; inviabilizada sua inserção no complexo exportador, seus escassos habitantes dedicaram-se a uma tímida economia de subsistência, baseada na mão-de-obra indígena. Sua utilização generalizada tornou-se fundamental na viabilidade da ocupação de São Paulo. Com a descoberta do ouro, em Minas Gerais, formou-se um amplo mercado no interior da colônia, relativamente próximo as áreas ocupadas pelos paulistas, estimulando a agricultura da região. Além disso, o surgimento de um importante pólo econômico em torno das áreas de mineração, exigia permanente movimentação de cargas pelo interior, utilizando-se o braço humano e o lombo de mulas. A demanda pelos animais gerou um complexo sistema, envolvendo a criação no sul e seu deslocamento por milhares de quilômetros até Sorocaba, onde centralizava-se a comercialização. A exploração de novas áreas auríferas em Goiás e Mato Grosso, fortaleceu a situação da capitania, passagem natural aos novos centros extrativos.

Os estímulos provocados por Minas Gerais, transformaram radicalmente a capitania de São Paulo. Expandiu-se tanto a agricultura como a população; formaram-se novos núcleos urbanos e consolidaram-se os existentes, ampliando-se a área efetivamente ocupada. Durante a primeira metade do século XVIII ocorreu uma mudança fundamental, ao introduzir-se a mão-de-obra escrava de origem africana, em substituição ao trabalho indígena; infelizmente pouco sabemos sobre a dinâmica desse processo. Os estudos relativos aos dois primeiros séculos da ocupação de São Paulo indicam a

existência de escravos africanos, mas em número insignificante ¹. Com a descoberta do ouro, criou-se um fluxo intenso de importação de africanos para a colônia, abastecendo também o mercado paulista.

São escassas as informações a respeito da população em São Paulo até a segunda metade do século XVIII. Duas cartas do Governador Morgado de Mateus, de 1766 e 1769 ², representam a melhor avaliação dos seus habitantes; indicam uma população de 60 mil livres, 23 mil escravos e 3 mil índios em aldeamentos. Nos três primeiros quartéis do século, a mineração constituía o principal fator para explicar a expansão das atividades na região, estimulando a imigração de livres e a compra de escravos.

A atividade mineira entrou em crise no último quartel do século, afetando toda a área subsidiária daquela pólo econômico. Apesar do impacto negativo provocado pelo esgotamento do ouro, toda a região atingira uma densidade econômica e populacional capaz de sobreviver ao fim da mineração. Em São Paulo, a produção de açúcar representou um fator essencial para explicar a passagem dos cultivos orientados ao mercado interno para a agricultura de exportação ³. Durante o século XVIII, as condições do mercado, as características físicas do planalto, favoráveis ao cultivo de cana de açúcar, e as restrições legais ao processamento do produto nas áreas mineiras, viabilizaram sua implantação em São Paulo, em nova escala de produção ⁴. Representava o principal produto de exportação da capitania no final do século, com trajetória ascendente nas primeiras décadas do século seguinte. Com a retração da demanda das áreas mineiras, as vendas para o exterior permitiram manter e ampliar a atividade. A expansão fazia crescer a demanda por escravos, atendida pela importação de africanos.

Ao iniciar-se o século XIX, a ocupação da capitania concentrava-se nas áreas próximas ao litoral. A cidade de São Paulo, pelas funções de capital e localização privilegiada, representava o núcleo mais importante e densamente povoado; concentrava inúmeras atividades não agrícolas, ligadas ao comércio, ao artesanato e às profissões liberais. Ao seu redor espalhavam-se várias localidades, essencialmente agrícolas, cuja produção abastecia a capital. No planalto paulista, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, estendia-se o Vale do Paraíba, com inúmeros povoamentos, alguns de porte como Lorena, Guaratinguetá e Taubaté; todos dedicados à agricultura e à pecuária. Sua posição facilitava o relacionamento comercial com Minas Gerais e o Rio de Janeiro, sendo uma das primeiras áreas integradas ao abastecimento do mercado mineiro. No litoral sul paulista, formaram-se vários núcleos de povoamento, alguns antigos como São Vicente, Iguape e Santos; este o principal porto da capitania e ligação natural da cidade de São Paulo com o Rio de Janeiro e o exterior. No litoral norte estabeleceram-se também diversos povoados, cuja localização estimulava o relacionamento comercial com a cidade do Rio de Janeiro. São Sebastião, com sua produção de açúcar, era o centro mais importante do litoral norte. Pelo chamado Oeste Paulista, no caminho para o sertão, espalhavam-se algumas localidades, onde concentrava-se a maior parte da produção de açúcar da capitania. Itu, Porto Feliz, Campinas e Jundiaí eram vilas importantes da

¹ Alcântara Machado, encontrou cerca de cem escravos de origem africana durante o século XVII (MACHADO, 1965, p. 181).

² Cartas do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, de 10 de dezembro de 1766 e de 22 de fevereiro de 1769, (Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo, vol. 73, 1952, p. 61-65 e vol.19, 1896, p. 285).

³ Segundo Petrone, a produção açúcar nunca teria desaparecido da capitania, mas manteve-se em escala reduzida por mais de um século (PETRONE, 1968, p. 10).

⁴ Em 1799, São Paulo possuía 543 engenhos em 1799, com mais de 7000 escravos e produzindo aproximadamente 3000 toneladas de açúcar. (Memória de Antonio Manoel Castro e Mendonça, 1961, p. 142).

região, todas produtoras de açúcar. Partindo do planalto paulista e estendendo-se para o sul da colônia, havia uma ampla e diversificada área, composta por vilas como Sorocaba, Itapetininga, Curitiba e Paranaguá. Por esse longo percurso, chamado Caminho do Sul, chegavam as mulas e movimentavam-se as tropas envolvidas no conflito com os espanhóis. Parte dessa região pertence atualmente aos estados meridionais do país.

Esse processo peculiar de ocupação, povoamento e exploração, refletiu-se na estrutura da população residente em São Paulo. Com base em farta documentação original, pretende-se analisar a estrutura dessa população nos primeiros anos do século XIX. População dividida por condição social (livres e escravos) e pela característica dos fogos (com e sem escravos). Servimo-nos de duas fontes principais: o censo da capitania de São Paulo de 1803, com dados relativos ao sexo e cor de livres e escravos⁵ e as Listas Nominativas dos Habitantes, disponíveis para o ano de 1804, e que permitem estudo mais detalhado, inclusive a análise por fogo⁶.

Pelo censo de 1803, a população somava 188 mil pessoas, sendo 44 mil escravos. Entre 1765/1768 e 1803, os habitantes expandiram-se a uma taxa excepcional, correspondente a 2,2% ao ano; crescimento liderado pelo desempenho dos livres⁷. A região da Capital destacava-se em termos populacionais, com aproximadamente um terço dos habitantes; a cidade de São Paulo, com vinte e quatro mil pessoas, representava a localidade mais importante da região e da capitania. O Vale do Paraíba e o Caminho do Sul possuíam também expressivas participações, cada uma respondendo por um quinto dos habitantes. Nesta última região, situavam-se Curitiba e Sorocaba, duas das mais importantes vilas da capitania, com cerca de dez mil residentes⁸. O Litoral representava a região menos povoada, com pouco mais da décima parte dos habitantes da capitania.

O maior peso dos escravos ocorria no Oeste Paulista e no Litoral, pela influência de localidades, como Itu e São Sebastião, importantes centros produtores de açúcar e de Santos, o principal porto da capitania. Não encontramos grandes proprietários nesta última localidade, mas a elevada proporção de fogos com escravos aumentava seu peso na população. Nas demais regiões reduzia-se a participação dos cativos, mas sua presença era significativa em algumas vilas. Em Apiaí, por exemplo, a influência de um pequeno número de grandes proprietários, relacionados com a mineração, ampliava o peso dos cativos. Cunha representava uma vila peculiar; os escravos eram a metade da população, apesar de produzir apenas gêneros orientados ao mercado interno, inclusive animais. Localizada no caminho para o Rio de Janeiro vendia parte da sua produção naquele mercado, viabilizando a aquisição de escravos. Na cidade de São Paulo, os escravos constituíam um quarto dos habitantes; em Curitiba sua proporção mostrava-se mais reduzida. Separadas as vilas ao sul da capitania, hoje pertencentes ao Paraná e Santa Catarina, notava-se ali proporção de escravos inferior à observada no conjunto das vilas que fazem parte do atual estado de São Paulo⁹. A produção de açúcar talvez explicasse em parte a diferença, pois estava presente apenas na região paulista.

⁵ Mapa Geral dos Habitantes da *capitania* de São Paulo com especificação dos nascimentos, casamentos e óbitos, reduzido sobre as listas da Povoação e casualidades do ano de 1803. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 808, vol. 4, p. 258.

⁶ Listas Nominativas dos Habitantes, do acervo do Arquivo Estado de São Paulo, com dados a respeito de todas as localidades existentes, exceto Lages.

⁷ Nesse período, 1765/1768 a 1803 os livres expandiram-se à taxa anual de 2,3% e os escravos a 1,7%. Para a população como um todo, os maiores percentuais foram no Oeste Paulista (3,4%) e Vale do Paraíba (2,5%); o pior deu-se no Litoral, com 1,2%.

⁸ Nas áreas hoje pertencentes ao estado de São Paulo residiam 162 mil habitantes; a população das vilas dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina somava 26 mil.

⁹ Na capitania de São Paulo como um todo a participação dos escravos atingia 23%; na região paulista aumentava para 24% e reduzia-se para 19% nas vilas dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina.

Nos dois primeiros séculos da ocupação de São Paulo, um escasso número de portugueses multiplicou-se por um intenso processo de miscigenação com os nativos subjugados pelos colonizadores. Ao final do século do século XVII, a população seria composta por brancos, índios e mestiços, ainda com pouca influência africana; possivelmente a maioria dos brancos com influência genética dos índios ¹⁰. No século seguinte, o estímulo da mineração ampliou a imigração para a capitania, recebendo novos habitantes do exterior, portugueses e africanos, e de outras áreas da colônia, estes componentes das várias etnias existentes no Brasil. A pequena população existente ampliou-se através de um complexo processo migratório e de reprodução, envolvendo intensa miscigenação. Ao iniciar-se o século XIX, a estrutura populacional refletia esse processo, com a influência dos índios americanos, africanos e europeus. Infelizmente os documentos utilizados são pobres na identificação do processo de mestiçagem, envolvendo inclusive relações entre livres e escravos. Raramente mencionava-se a condição de liberto, o que permitiria avaliar os efeitos da emancipação na estrutura da população livre ¹¹. Quanto a cor dos habitantes, as informações contidas nos censos e nas listas nominativas limitavam-se às classificações: brancos, negros ou pretos, pardos ou mulatos. A influência dos índios na população e no processo de mestiçagem, tornava-se difícil de ser avaliada.

Os brancos representavam metade da população total e aproximadamente dois terços dos livres; os classificados como pardos compunham um terço da população total e também um terço dos livres; os identificados como negros perfaziam um quinto dos habitantes, pela sua significativa participação entre os escravos, pois seu percentual entre os livres mostrava-se ínfimo. No Litoral ocorria a menor participação dos brancos, pela alta proporção de africanos e seus descendentes entre os livres e expressivo peso dos escravos na população. Em Santos, por exemplo, apenas a metade dos livres eram brancos; como o percentual dos escravos atingia 43% dos habitantes, ampliava-se o peso das pessoas com ascendência africana para aproximadamente dois terços da população. No Vale do Paraíba ocorria a maior proporção de brancos, tanto entre os livres como na população total. Os resultados das demais regiões situavam-se entre os dois extremos. Na cidade de São Paulo e em Curitiba, os brancos representavam aproximadamente dois terços dos livres. Como na Capital havia maior proporção de escravos, o peso dos brancos na população mostrava-se inferior ao observado em Curitiba; nesta última vila, os brancos superavam metade da população total. Como antecipado, os censos e as listas pouco esclarecem a respeito do impacto da emancipação na estrutura de população livre. Sua importância deveria variar regionalmente, influenciada por questões econômicas, como a atividade do proprietário, as funções do escravo no processo produtivo, o sexo do escravo, o desempenho da economia, a situação do mercado de escravos, etc. Dependeria também de motivações não econômicas, relacionadas com a cultura, a religião, a moral, o sexo. Embora a influência da emancipação não deva ser desprezada, preferimos explicar a elevada proporção de pessoas livres de ascendência africana pela reprodução interna deste segmento e pela intensa miscigenação entre os vários grupos étnicos em São Paulo.

¹⁰ Segundo observou Sérgio Buarque de Holanda, no século XVII a maioria dos brancos possuía ascendência indígena. (HOLANDA, 1966, p. 86).

¹¹ Entre 17 mil chefes de fogos analisados em 1804, menos de uma centena foram identificados como forros. Pelos modestos resultados obtidos, cremos que essa informação era usualmente omitida dos recenseamentos em São Paulo. Utilizando-se outras fontes, realizaram-se inúmeros trabalhos sobre o tema, tais como: (MATTOSO, 1972, p. 23-52, 1976, p. 109-35), (EISENBERG, 1987, p. 175-216), (SCHWARTZ, 1974, p.603-35), (KIERNAN, 1976), (NISHIDA, 1993, p. 361-91) e (LUNA e COSTA, 1980, p. 836-41). Todos demonstram uma proporção de libertos na população maior do que a obtida na base documental utilizada.

TABELA 1
POPULAÇÃO POR SEXO, SITUAÇÃO SOCIAL E COR NA CAPITANIA DE SÃO PAULO - 1803

Livres	TOTAL	COR			SEXO		RAZÃO DE MASCULINIDADE			
		Branco	Mulato	Negro	Homens	Mulheres	Total	Branco	Mulato	Negro
<i>Vale do Paraíba</i>	30.867	22.517	7.953	397	14.599	16.268	90	91	87	70
<i>Região da Capital</i>	41.902	27.501	13.347	1.054	19.215	22.687	85	85	84	94
<i>Oeste Paulista</i>	22.611	14.570	7.595	446	10.915	11.696	93	95	90	93
<i>Caminho do Sul</i>	34.490	23.488	10.365	637	16.807	17.683	95	98	90	90
<i>Litoral</i>	14.413	9.260	4.638	515	6.993	7.420	94	101	84	85
Total	144.283	97.336	43.898	3.049	68.529	75.754	91	92	87	88
Escravos	TOTAL	COR			SEXO		RAZÃO DE MASCULINIDADE			
		Branco	Mulato	Negro	Homens	Mulheres	Total	Branco	Mulato	Negro
<i>Vale do Paraíba</i>	8.863		1.845	7.018	4.851	4.012	121		91	131
<i>Região da Capital</i>	11.821		3.520	8.301	6.040	5.781	105		97	108
<i>Oeste Paulista</i>	8.766		1.428	7.338	5.283	3.483	152		92	168
<i>Caminho do Sul</i>	7.975		2.466	5.509	4.160	3.815	109		89	119
<i>Litoral</i>	6.696		1.828	4.868	3.702	2.994	124		98	135
Total	44.121		11.087	33.034	24.036	20.085	120		94	130
População total	TOTAL	COR			SEXO		RAZÃO DE MASCULINIDADE			
		Branco	Mulato	Negro	Homens	Mulheres	Total	Branco	Mulato	Negro
<i>Vale do Paraíba</i>	39.730	22.517	9.798	7.415	19.450	20.280	96	91	88	126
<i>Região da Capital</i>	53.723	27.501	16.867	9.355	25.255	28.468	89	85	86	106
<i>Oeste Paulista</i>	31.377	14.570	9.023	7.784	16.198	15.179	107	95	90	162
<i>Caminho do Sul</i>	42.465	23.488	12.831	6.146	20.967	21.498	98	98	90	116
<i>Litoral</i>	21.109	9.260	6.466	5.383	10.695	10.414	103	101	87	129
Total	188.404	97.336	54.985	36.083	92.565	95.839	97	92	88	126

Fonte: Mapa Geral dos Habitantes da Capitania de São Paulo com especificação dos nascimentos casamentos e óbitos, reduzido sobre as listas da Povoação e casualidades do ano de 1803. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 808, vol. 4, p. 258.

A probabilidade dos mulatos e pardos serem livres superava largamente a dos negros; somente um quarto dos mulatos e pardos eram escravos, enquanto o percentual alcançava 90% entre os negros. Talvez ocorressem diferenças nas oportunidades de alforria dos dois grupos, mas sem dúvida a reprodução dos livres com ascendência africana e a ampla mestiçagem deveria explicar a maior parte da diferença, diluindo a importância dos pretos. Por outro lado, os brancos representavam pouco mais de dois terços dos chefes de fogos; os pardos perfaziam menos de um terço e os negros aproximadamente 2%. Os brancos constituíam a imensa maioria dos proprietários de escravos, cabendo aos pardos e negros um percentual de apenas 5%. Os resultados variavam por região, mas em nenhuma dessas pessoas ultrapassavam a décima parte dos proprietários. Se admitirmos que dentro de cada fogo houvesse homogeneidade de cor, um terço dos brancos habitariam fogos com escravos e apenas 5% dos livres de outras etnias. E a diferença ampliava-se ao relacionarmos escravos possuídos e cor dos proprietários; os livres pardos e negros possuíam apenas três por cento dos escravos pois a média de escravos possuídos por tais proprietários era a metade da observada entre os brancos. Entre os proprietários com mais de vinte escravos, encontramos mais de trezentos brancos, dois pardos e nenhum preto. Entre mais de quinhentos produtores de açúcar existentes em 1804, apenas oito apresentavam ascendência africana. Os resultados indicam claramente a correlação entre cor e situação econômica da população em São Paulo, no início do século XIX.

TABELA 2
CHEFES DE FOGOS, COR, SEXO E ESCRAVOS POSSUÍDOS
NA CAPITANIA DE SÃO PAULO - 1804 (1)

	<i>FOGOS</i>		<i>ESCRAVOS</i>
	Com escravos	Sem escravos	Número
<i>Cor do Chefe do fogo</i>			
<i>Branços</i>	7.168	5.677	41.044
<i>Pardos</i>	417	3.473	1.093
<i>Pretos</i>	36	233	80
<i>Sexo do Chefe do fogo</i>			
<i>Homens</i>	6.245	7.454	35.520
<i>Mulheres</i>	1.613	2.039	8.388

Fonte: Listas Nominativas dos Habitantes, do Arquivo do Estado de São Paulo

Obs.: (1) Para os fogos com escravos utilizaram-se as listas nominativas de todas as vilas existentes, menos a vila de Lages. Para os fogos sem escravos considerou-se uma amostra de 15 localidades.

A razão de masculinidade da população indicava uma proporção de 97 homens para cada grupo de 100 mulheres, mas a taxa diferia entre livres e escravos. Entre os livres predominavam as mulheres, com apenas 91 homens para cada grupo de 100 mulheres. Padrão relativamente uniforme em toda a capitania, mas ainda maior na cidade de São Paulo, com três homens para cada grupo de quatro mulheres. Migrações na busca de novas oportunidades em áreas em fase de ocupação; estímulos governamentais para a efetiva ocupação do sul da colônia; grande contingente de tropas recrutadas em São Paulo e mobilizadas nas guerras com os espanhóis, que também ocasionava sistemática fuga de homens adultos desse odiado recrutamento; todas são causas geralmente apontados para o desequilíbrio quantitativo entre os sexos¹². Possivelmente ocorria uma combinação daqueles fatores, todos influenciando no mesmo sentido, talvez com diferentes pesos, a depender do período estudado e da região. Essa maioria feminina entre os livres em São Paulo, permanecerá como uma característica importante dessa população no século dezoito e parte do dezenove. Comparando-se as áreas do atual estado de São Paulo e as vilas pertencentes ao Paraná e Santa Catarina, notam-se diferenças quanto a razão de masculinidade: forte desequilíbrio na área paulista e equilíbrio no sul. Mesmo dentro do atual estado de São Paulo, identificava-se contraste entre o Oeste Paulista, região mais próxima da fronteira de ocupação e as demais áreas paulistas. As mulheres eram maioria nas duas áreas, mas em proporção menor no Oeste Paulista. O efeito migratório dentro da capitania, com homens dirigindo-se para áreas com terras ainda disponíveis, poderia explicar o resultado.

¹² Maria Luiza Marcílio encontrou resultados similares em seu estudo clássico a respeito da população paulista no período 1700-1836 (MARCÍLIO, 1974). Para a cidade de São Paulo, onde a disparidade se ampliava, a mesma autora indicava as migrações como uma das principais causas (MARCÍLIO, 1973, p. 108-10). Em seu estudo sobre Santana do Parnaíba, ao deparar-se com a mesma situação, Metcalf apontou as migrações em busca de oportunidades como a principal causa (METCALF, 1992); Kuznesof, em seu estudo a respeito da cidade de São Paulo, explicava a elevada proporção feminina pela imigração de mulheres pobres da área rural, atraídas pelas oportunidades de trabalho na manufatura têxtil e no serviço doméstico (KUZNESOF, 1986). Petrone cita o recrutamento como causa importante para a falta de homens adultos livres em São Paulo (PETRONE, 1968, p. 23).

A imensa maioria dos chefes de fogos, na área do atual estado de São Paulo nascera na região, indicando reduzida entrada de livres em período próximo a 1804. Os chefes de fogos de fora da região eram originários basicamente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Portugal. Nas áreas do atual estado do Paraná aproximadamente um quarto dos chefes de fogos provinha de outras regiões, particularmente áreas pertencentes ao atual estado de São Paulo. Possivelmente parte da diferença na razão de masculinidade das duas áreas pudesse ser explicada por esse processo. Ocorria equilíbrio na Paraná e faltavam homens em São Paulo ¹³. Os resultados reforçam a idéia da movimentação de homens das áreas mais consolidadas de São Paulo para as zonas em processo de ocupação, localizadas no sul, oeste e noroeste do atual estado de São Paulo, dentro e fora dos limites da capitania.

Como a razão de masculinidade dos livres com ascendência africana era inferior à observada entre os brancos, talvez aqueles fossem os mais afetados pelo processo migratório descrito. A literatura mostra uma tendência para emancipação de crianças e mulheres em comparação com adultos do sexo masculino. Embora o processo de alforria pudesse exercer alguma influência na razão de masculinidade, seus efeitos seriam pouco expressivos. Em 1803, havia um excesso de 3 mil mulheres livres com ascendência africana em relação aos homens livres do mesmo grupo. Como as escravas mulatas somavam menos de 6 mil pessoas, ainda que houvesse maior alforria de mulheres, não seriam expressivos seus efeitos sobre a razão de masculinidade dos livres pertencentes ao mesmo segmento. Quanto aos pretos, seu reduzido número entre os livres, pouco poderia influenciar sua razão de masculinidade. A diferença encontrada na razão de masculinidade talvez estivesse associada aos processos migratórios já descritos; os livres com ascendência africana seriam relativamente mais propensos a abandonarem as áreas com maior densidade econômica, em busca de terras livres, na fronteira de ocupação. Fora da capitania ou em territórios a margem do controle público e portanto dos recenseamentos.

Além de maioria na população, as mulheres apresentavam posição significativa entre os chefes de fogos. Basicamente mulheres viúvas. O peso feminino entre os chefes de fogos com escravos e os chefes de fogos sem escravos era similar, ao redor de um quinto do total de fogos. O peso feminino entre os proprietários, assemelhava-se a sua participação na posse de escravos, havendo igualdade na média de escravos possuídos por proprietários e proprietárias.

A estrutura demográfica dos escravos apresentava características radicalmente diferentes e sua dinâmica orientava-se por fatores próprios, relacionados com a especificidade dessa categoria social. Composta originalmente por escravos negros, provenientes de várias nações africanas, passaram a reproduzir-se no Brasil, em amplo processo de miscigenação com brancos e mestiços. Sua estrutura demográfica dependia das condições de reprodução existentes e do fluxo de entrada de novos escravos, africanos ou de outras áreas da colônia. Inexistentes na capitania até o final do século XVII, representavam um quarto da população sessenta anos depois. Nos últimos anos levantaram-se hipóteses sobre as possibilidades de reprodução natural em determinadas regiões e situações peculiares. O debate concentrou-se sobre a capitania de Minas Gerais, após a decadência da mineração; os resultados de inúmeros trabalhos indicam a efetiva capacidade de reprodução natural dos escravos naquela região ¹⁴. Infelizmente,

¹³ A análise dos chefes de fogos baseou-se em amostra de nove localidades do atual estado de São Paulo e três vilas do atual estado do Paraná. Em São Paulo, 90% dos fogos eram controlados por paulistas; nas vilas paranaenses, o percentual de chefes de fogos controlados por nativos da região, reduzia-se para 75%. Os paulistas representavam 16% dos chefes de fogos desta última região.

¹⁴ A partir de 1983 inúmeros publicaram-se inúmeros trabalhos sobre o tema, entre os quais podemos citar: (MARTINS FILHO e MARTINS, 1983, p.537-68; 1984, p. 135-46); (CANO e LUNA, 1983, p. 1-14);

com as informações disponíveis, torna-se difícil avaliar a dinâmica da população escrava em São Paulo durante o século XVIII. Possivelmente durante parte daquele século ocorressem condições propícias para a reprodução dos escravos também em São Paulo, mas a situação modificara-se no período em estudo, atingindo diferentemente as várias áreas da capitania. O início do século XIX representaria ainda uma fase de transição, no sentido de deterioração das condições reprodutivas, e seus efeitos mostravam peculiaridades regionais. A importação de africanos constituía o elemento essencial do processo. O tráfico negreiro privilegiava o comércio de homens adultos, em detrimento de mulheres e crianças, alterando o perfil populacional, elevando a razão de masculinidade e envelhecendo a população. Mesmo a entrada de mulheres adultas poderia afetar negativamente a capacidade reprodutiva da população; dependia da idade e do período reprodutivo ainda restante.

Ao introduzir-se a produção de açúcar em larga escala, nos últimos anos do século XVIII, provavelmente retomaram-se as importações de africanos, possivelmente reduzidas aos primeiros sinais de crise na economia mineira. Embora a produção de açúcar explicasse a expansão na demanda de cativos, os efeitos da entrada de africanos espalhavam-se pela capitania. Em função das dificuldades para mensurar o fluxo de africanos no século XVIII, vamos avaliar seus efeitos entre 1804 e 1829. Nesse período incrementou-se sua participação em toda a capitania e mais intensamente nas áreas relacionadas com a produção de açúcar e de café. Na capitania a proporção de africanos passou de um terço para mais da metade dos escravos; no açúcar sua participação suplantava os dois terços, em 1829. Mesmo nos cultivos típicos de mercado interno, o percentual de africanos expandiu-se de menos de um quarto para aproximadamente a metade dos escravos. Embora o processo se intensificasse posteriormente, no ano de 1804 os africanos já estavam presentes nas todas as áreas e atividades. Mas havia uma grande diferença entre as áreas do atual estado de São Paulo e as vilas paranaenses. A penetração dos africanos mostrava-se ainda tímida neste última região, pouco ultrapassando a décima parte dos cativos. Os africanos perfaziam aproximadamente um terço dos escravos nas demais regiões da capitania.

A razão de masculinidade dos escravos atingia o elevado nível de 118, explicado pela desequilibrada composição dos africanos, com proporção de 180 homens para cada grupo de 100 mulheres. Entre os escravos nascidos no Brasil persistia o equilíbrio entre os sexos, com leve superioridade feminina. A razão de masculinidade variava regionalmente, particularmente pela influência dos africanos. Cada região deveria possuir uma estrutura de população escrava adequada às atividades econômicas predominantes, mas influenciada pela estrutura da oferta de escravos no mercado. No Oeste Paulista, por exemplo, a razão de masculinidade era excepcionalmente elevada; entre os africanos atingia 310, valor muito superior a média observada na capitania; entre os nascidos no Brasil mantinha-se o equilíbrio. A região da Capital constituía o extremo oposto. Entre os nascidos no Brasil a maioria era feminina; entre os africanos, embora ocorresse supremacia do sexo masculino, sua proporção era muito abaixo da média da capitania, situando-se pouco acima de um terço do percentual obtido no Oeste Paulista.

(SLENES, DEAN, ENGERMAN e GENOVESE, 1983, p. 569-90); (SLENES, 1985); (LIBBY, 1991, p. 1-35); (PAIVA e LIBBY, 1992); (MOTTA, 1988, 71-101); (COSTA, SLENES e SCHWARTZ, 1987, p. 245-95) e (BERGAD, 1999, cap. 3 e 4).

TABELA 3
CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS EM SÃO PAULO - 1804

	<i>Vale do Paraíba</i>	<i>Região da Capital</i>	<i>Oeste Paulista</i>	<i>Caminho do Sul</i>	<i>Litoral</i>	Total
Número de escravos	8.805	11.168	8.467	8.315	7.675	44.430
Razão de masculinidade	125	103	148	116	124	118
-Africanos	212	130	310	176	189	180
-Nascidos no Brasil	96	90	100	103	100	96
Relação Crianças/Mulheres						
-Crianças 0-4 anos /Mulheres 15-44	463	375	390	521	458	436
-Crianças 0-9 anos/Mulheres 15-49	849	756	734	1022	878	840
Participação de crianças na população						
-% das crianças de 0-4 anos	11%	10%	9%	12%	11%	11%
-% das crianças de 0-9 anos	22%	21%	17%	26%	22%	22%
Escravos por origem						
-% dos africanos	35%	36%	38%	23%	35%	34%
Escravos economicamente ativos						
- % dos escravos entre 15-54 anos	62%	60%	69%	55%	61%	61%
Situação conjugal dos escravos (1)						
% de solteiros	69%	70%	71%	69%	79%	71%
% de casados	29%	26%	27%	28%	19%	26%
% de viúvos	2%	3%	2%	3%	2%	2%
Situação conjugal das escravas (1)						
% de solteiras	58%	71%	53%	65%	71%	64%
% de casadas	37%	25%	44%	29%	25%	32%
% de viúvas	5%	4%	3%	5%	4%	4%

Fonte: Listas nominativas dos habitantes, do Arquivo do Estado de São Paulo

É interessante observar a relação entre o porte dos proprietários e a distribuição dos escravos por origem. Face a elevado proporção de pequenos proprietários de escravos, mais da metade dos africanos pertenciam a proprietários com até dez cativos; os proprietários com mais de quarenta escravos controlavam a décima parte. E a proporção de africanos era similar entre os escravos pertencentes a proprietários de todos os tamanhos. Mas o porte do proprietário influenciava o sexo dos seus escravos. No agregados dos escravos possuídos pelos pequenos proprietários, a proporção de escravas superava a proporção observada nos médios e grandes proprietários. Entre os cativos pertencentes aos proprietários de até dez escravos, a razão de masculinidade resultava 105; entre os escravos dos proprietários com mais de vinte escravos o indicador aumentava para 135¹⁵. Com tal segmentação entende-se melhor os resultados obtidos. As atividades preponderantes na região, e respectiva estrutura de posse de escravos, explicavam as peculiaridades regionais encontradas.

¹⁵ Embora no agregado dos escravos, os pequenos proprietários tivessem maior proporção de mulheres, quando considerado cada fogo individualmente, o equilíbrio numérico entre os sexos, mostrava-se menor do que em fogos de maior porte.

TABELA 4
CARACTERÍSTICAS DOS CATIVOS E POSSE DE ESCRAVOS EM SÃO PAULO - 1804

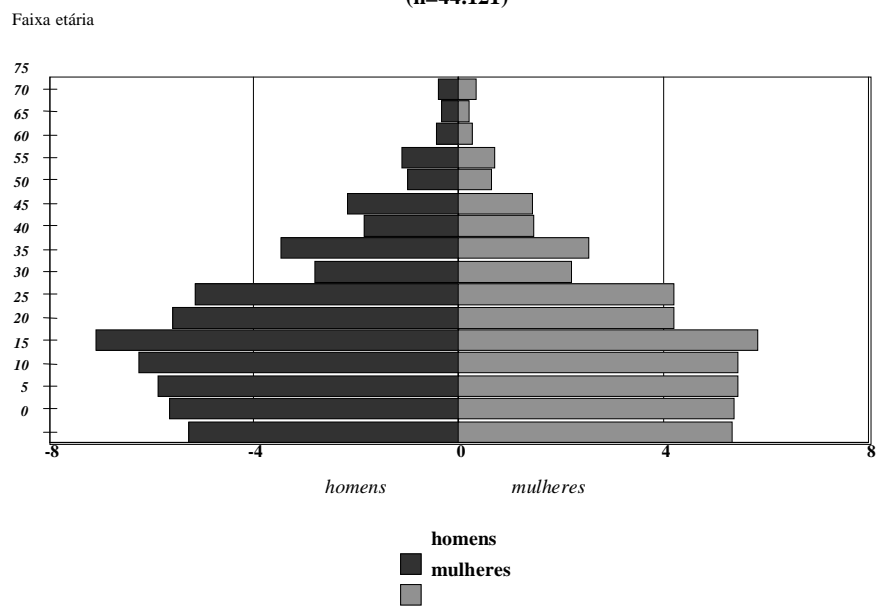
	<i>Número de escravos do respectivo proprietário</i>					<i>Total</i>
	<i>1 a 5</i>	<i>6 a 10</i>	<i>11 a 20</i>	<i>21 a 40</i>	<i>41 e mais</i>	
Número de escravos	12.663	9.534	10.222	6.979	5.032	44.430
Razão de masculinidade	101	116	127	139	141	118
-Africanos	132	184	205	237	249	180
-Nascidos no Brasil	87	94	102	109	101	96
Relação Crianças/Mulheres						
-Crianças 0-4 anos /Mulheres 15-44	289	479	509	519	562	436
-Crianças 0-9 anos/Mulheres 15-49	594	939	985	936	998	840
Participação de crianças na população						
-% das crianças de 0-4 anos	8%	12%	12%	11%	12%	11%
-% das crianças de 0-9 anos	18%	24%	24%	22%	23%	22%
Escravos por origem						
-% dos africanos	36%	32%	32%	33%	39%	34%
Escravos economicamente ativos						
- % dos escravos entre 15-54 anos	63%	59%	60%	63%	63%	61%
Situação conjugal dos escravos (1)						
% de solteiros	80%	72%	68%	67%	64%	71%
% de casados	17%	26%	29%	30%	34%	26%
% de viúvos	2%	2%	3%	3%	2%	2%
Situação conjugal das escravas (1)						
% de solteiras	81%	67%	57%	46%	42%	64%
% de casadas	16%	29%	38%	49%	52%	32%
% de viúvas	3%	4%	5%	5%	6%	4%

Fonte: Listas Nominativas dos Habitantes, do Arquivo do Estado de São Paulo.

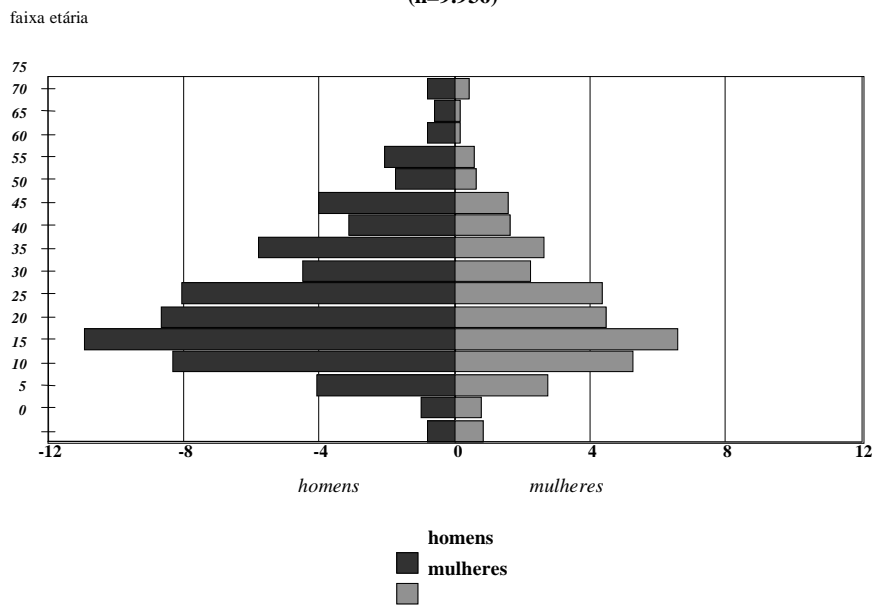
Obs: (1) Escravos com mais de 14 anos.

A influencia dos africanos afetava também a estrutura etária da população escrava. Os africanos ampliavam a razão de masculinidade e envelheciam a população; efeitos observados ao serem comparadas as pirâmides etárias dos africanos e dos nascidos no Brasil. A primeira apresentava o perfil de uma população fortemente desequilibrada: essencialmente composta por elementos do sexo masculino, envelhecida e com reduzida proporção de crianças. A pirâmide dos nascidos no Brasil, indicava equilíbrio, pois refletia a estrutura de uma população com reprodução natural. Há um aspecto na construção dessas pirâmides que merece ser esclarecido. As crianças nascidas no Brasil, mesmo originadas por pais africanos, eram incluídas entre os escravos nascidos no Brasil, distorcendo a base das duas pirâmides; em uma (nascidos no Brasil) computavam-se inclusive as crianças não geradas pelos adultos ali representados; na outra (africanos) ocorria o processo contrário. As crianças inseridas nesta última pirâmide representavam as trazidas pelo tráfico, não as geradas pelos africanos existentes na capitania. A pirâmide relativa a população escrava no seu conjunto, que evita tal distorção, mostra a influência dos africanos, pela elevada proporção de adultos e peso masculino na população.

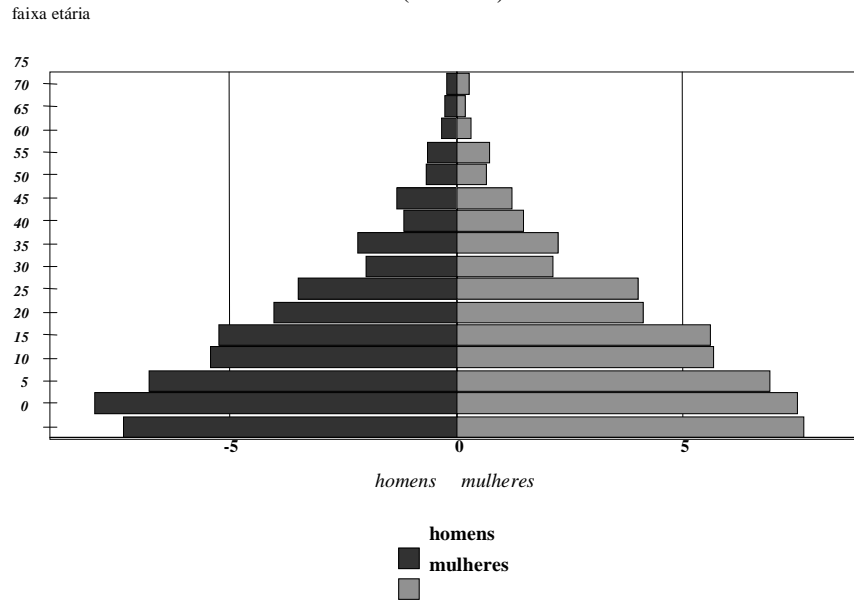
**Gráfico 1: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO
 ESCRAVA, SÃO PAULO - 1804
 (n=44.121)**



**Gráfico 2: PIRÂMIDE ETÁRIA DOS ESCRAVOS
 NASCIDOS NA AFRICA, SÃO PAULO - 1804
 (n=9.936)**



**Gráfico 3: PIRÂMIDE ETÁRIA DOS ESCRAVOS
NASCIDOS NO BRASIL, SÃO PAULO - 1804
(n=20.568)**



A ampliação na proporção de escravos do sexo masculino e o envelhecimento da população, inclusive das mulheres, destruiu o eventual equilíbrio existente, reduzindo seu potencial reprodutivo. Os resultados obtidos com a proporção de crianças na população e na relação entre crianças e mulheres potencialmente férteis, indicam a existência de uma estrutura pouco propícia à reprodução da população escrava. Na proporção de crianças na população o percentual resultou 11% (crianças 0-4 anos) e 22% (crianças 0-9 anos); na relação de crianças de 0 a 4 anos, com mulheres entre 15 e 44 anos, obteve-se a proporção de 434 crianças para cada grupo de 1000 mulheres; para crianças de 0-9 anos e mulheres de 15-49 anos, encontrou-se o valor de 835¹⁶. Números inferiores aos observados em Minas Gerais entre 1800-1809; ali, a relação crianças de 0-9 anos com mulheres entre 15-49 anos atingia 1286, contra 835 em São Paulo¹⁷. Os resultados em São Paulo eram também inferiores aos observados nos Estados Unidos, mas comparáveis aos da Jamaica e de Trinidad¹⁸.

A separação entre áreas do atual estado de São Paulo e vilas do atual estado do Paraná, mostra a existência de uma grande diferença entre as duas regiões. O Paraná recebia poucos africanos e apresentava uma estrutura populacional equilibrada. O envelhecimento da população, e forte elevação na proporção dos escravos do sexo masculino, ocorria na área paulista, mas não afetava o segmento paranaense. Como era pouco afetado pela entrada de novos escravos, o sul apresentava melhores indicadores

¹⁶ Como os africanos eram essencialmente adultos, ao ampliar-se sua proporção reduzia-se proporcionalmente a participação de crianças na população e sua relação com as mulheres férteis, independentemente do efetivo impacto provocado sobre o processo reprodutivo, que ocorreria ao longo do tempo. Em 1804, a capacidade reprodutiva estaria possivelmente comprometida, mas talvez os indicadores mostrassem uma situação ainda mais negativa.

¹⁷ Os resultados de Minas Gerais referem-se a cinco localidades, Mariana, Ouro Preto, São José del Rei, São João del Rei e Diamantina (BERGAD, 1999, p. 143).

¹⁸ A relação de crianças com menos de 10 anos de idade por 1.000 mulheres entre 15-49 anos, atingia 1.484 nos Estados Unidos, em 1829 (STECKEL, 1982, p.241). A taxa relativa à Jamaica, para as crianças de 0-4 anos e mulheres na faixa etária de 15-44 anos, alcançava 399 (HIGMAN, 1984, p.356). Em Trinidad, para o ano de 1813, o mesmo indicador resultava 434 (JOHN, 1988, p. 128).

de reprodução, se comparados aos observados em São Paulo. No Paraná as crianças de 0-9 anos representavam 27% da população; a relação crianças de 0 a 9 anos com 1000 mulheres em idade de 15 a 49 anos resultava 1.063, contra 804 na área do atual estado de São Paulo e 835 na capitania. O peso das vilas do atual estado de São Paulo influenciava os indicadores da capitania, onde coexistiam duas população; uma influenciada pela entrada de novos escravos, com uma estrutura populacional desequilibrada; outra, distribuída pela região sul da capitania, com um perfil populacional típico de uma sociedade fechada, com razoável potencial reprodutivo, pouco dependente da compra externa de escravos para seu crescimento. Quando relacionamos o porte do proprietário com os indicadores reprodutivos, nota-se claramente uma expressiva diferença entre os pequenos proprietários, até cinco escravos, e os demais. Naqueles, a participação de crianças entre os escravos era significativamente menor e também piores os indicadores que medem a relação entre crianças e mulheres. Os resultados obtidos entre os escravos pertencentes aos pequenos proprietários, situavam-se pouco acima da metade dos observados entre os escravos pertencentes aos proprietários de maior porte.

Em vários estudos a respeito da população escrava aponta-se a ocorrência de uma elevada proporção de casados viúvos em São Paulo, se comparada a outras sociedades escravistas. Pela desproporção entre os sexos, a participação de escravas casadas ou viúvas (36%), suplantava a dos escravos casados ou viúvos (28%). Indicadores altos, mas talvez com pouca influência na reprodução dos escravos; as elevadas proporções de ilegítimos entre os escravos, sugerem a independência entre reprodução e padrões conjugais dos escravos ¹⁹. Também neste caso identificavam-se diferenças quando comparamos a composição dos escravos dos pequenos proprietários com os demais. A proporção de escravos casados e viúvos era relativamente menor entre os escravos pertencentes aos pequenos proprietários. Resultado encontrado em outros trabalhos sobre o tema e facilmente explicado pela menor oportunidade de encontrar parceiros compatíveis entre os escravos pertencentes aos pequenos proprietários, e levando-se em conta que a maioria dos casamentos ocorria entre escravos de um mesmo senhor.

A análise da capitania paulista no início do século XIX indica a existência de estrutura populacional complexa, pela interação de várias etnias, envolvendo nativos americanos, europeus e africanos, em de um amplo processo de miscigenação, que ultrapassava os limites da situação social dos habitantes, mesclando livres, escravos e índios. Os brancos, europeus ou seus descendentes não miscigenados, constituíam a elite daquela sociedade, mas representavam apenas a metade da população. A outra metade compunha-se por um conjunto de escravos e livres, de origem africana ou mestiços de todos os tipos. Períodos de intensa imigração de europeus ou africanos influenciavam sua estrutura populacional. As características do tráfico negreiro, que privilegiava homens adultos, afetava profundamente a população escrava, particularmente em período de maciças importações de escravos. Quando a importação mantinha-se reduzida por um longo período, a estrutura populacional tendia ao equilíbrio, talvez propiciando sua própria reprodução natural. Ao romper-se o relativo isolamento, normalmente pela intensificação das atividades econômicas, modificando inclusive padrões de exploração dessa mão-de-obra e estimulando a importação de cativos, alteravam-se os indicadores vitais da população servil, destruindo o equilíbrio existente. Nos primeiros anos do século XIX, a região paulista parecia estar nessa fase de transição, que ainda não atingira a área paranaense. A produção para exportação,

¹⁹ Metcalf, em seu estudo a respeito dos registros de batismo em Santana do Parnaíba observou que metade das crianças escravas nascidas na localidade eram ilegítimas, com pai desconhecido (METCALF, 1992, p. 171).

essencialmente o açúcar, seria a principal causa a explicar a dinâmica desse processo em São Paulo.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS CITADAS.

A. Fontes primárias

Listas Nominativas dos Habitantes pertencentes ao Arquivo do Estado de São Paulo, relativas ao ano de 1804 da capitania de São Paulo: Lata 194 (Antonina), Lata 199 (Castro), Lata 207 (Curitiba), Lata 215 (Guaratuba), Lata 219 (Paranaguá), Lata 1 (Apiáí), Lata 12 (Atibaia), Lata 18 (Bragança), Lata 25 (Campinas), Lata 28 (Cananeia-Arapira), Lata 33A (Capital), Lata 39 (Cotia), Lata 41 (Cunha), Lata 44, (Faxina), Lata 51A (Guaratinguetá), Lata 57 (Guarulhos), Lata 59 (Iguape-Xiririca), Lata 63 (Itanhaém), Lata 66 (Itapetininga), Lata 75 (Itu), Lata 83 (Jacareí), Lata 91 (Jundiáí), Lata 95A (Juqueri), Lata 99 (Lorena), Lata 109A (Mogi das Cruzes), Lata 114 (Mogi-Guaçu), Lata 118 (Mogi-Mirim), Lata 129 (Parnaíba), Lata 138 (Pindamonhangaba), Lata 143 (Porto Feliz), Lata 149 (Santo Amaro), Lata 152 (Santos), Lata 156 (São José dos Campos), Lata 159 (São Luiz do Paraitinga), Lata 162 (São Sebastião), Lata 166 (São Vicente), Lata 170A, (Sorocaba), Lata 180 (Taubaté), Lata 188 (Ubatuba).

Mapa Geral dos Habitantes da Capitania de São Paulo com especificação dos nascimentos, casamentos e óbitos, reduzido sobre as listas da Povoação e casualidades do ano de 1803. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice vol. 4, p. 256.

Carta do Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras datada de 10 de dezembro de 1766; In: *Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo*, Vol. - Ofícios do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado Mateus), 1765-1766, São Paulo, pp. 61-65, 1952.

Carta do Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras datada de 22 de fevereiro de 1769; In: *Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo*, Vol. 19 - Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza, 1767-1775, São Paulo, p. 285, 1896.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. Memória Econômico-Política da Capitania de São Paulo. In: ANAES DO MUSEU PAULISTA, XV, 1961, São Paulo.

B. Fontes secundárias

BERGAD, Laird. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CANO, Wilson Cano, LUNA Francisco V. Economia Escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, Campinas: 12: 1-14, 1983.

COSTA, Iraci del N., SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena, *Estudos Econômicos*, São Paulo: 17 (2): 245-95, maio/ago. 1987.

EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: 17(2):175-216, Maio/Ago. 1987.

FILHO, Amilcar M., MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63(3): 537:68, 1983.

FILHO, Amilcar M., MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export economy: a reply. *Hispanic American Historical Review*, 64:(1):135-46, 1984.

HIGMAN, B.W.. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos de População em São Paulo no Século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1:55-111, 1966.

JOHN, A. Meredith. *The Plantation Slaves of Trinidad, 1783-1816*. Cambridge, 1988.

- KIERNEN, James Patrick. *The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822*. Tese de Doutorado, New York: New York University, 1976.
- KUZNESOF, Elizabeth A. *Household Economy and Urban Development: São Paulo, 1765 to 1836*, Boulder: Westview Press, 1986.
- LUNA, Francisco V. e COSTA, Iraci del N. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo: 32(7):836-41, julho 1980.
- LYBBY, Douglas C. Proto-industrialization in a slave society: the case of Minas Gerais, *Journal of Latin American Studies*, 23:1-35, 1991.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1965.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. Prefácio de Michel Fleury e Louis Henry, tradução da autora. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, Tese de Livre Docência, 1974.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. A Carta de alforria como fonte complementar para o estudo de rentabilidade de mão de obra escrava urbana, 1819-1888, In: PELAEZ, Carlos Manuel, BUESCU Mircea (ed.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.p. 109-35.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. A propósito de cartas de alforria - Bahia, 1779-1850, *Anais de História*, Assis: 4: 23-52, 1972.
- METCALF, Alida C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Tese de Doutorado, Austin: The University of Texas, 1983.
- METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil, Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992
- MOTTA, José Flavio. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829), *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo: 5 (1):71-101, 1988.
- NISHIDA, Meiko. Manumission and Ethnicity in Urban Slavery: Salvador, Brazil 1808-1888, *Hispanic American Historical Review*, 73, Ago. 1993.
- PAIVA, Clotilde Paiva, LIBBY, Douglas C. The middle path: alternative patterns of slave demographics in nineteenth-century Minas Gerais, *El poblamiento de las Americas*, Vera Cruz, 1992.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- SCHWARTZ, Stuart B. The Manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745, *Hispanic American Historical Review*, 54(4):603-35, nov. 1974.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas: 17, jun. 1985.
- SLENES, Robert W., DEAN, Warren, ENGERMAN, Stanley e GENOVESE, Eugene D. Comments on slavery in a non-export economy. *Hispanic American Historical Review*, 63(3):569-90, 1983.
- STECKEL, Richard H. The fertility of American slaves. *Research in Economic History*, VII: 1982.